

Sumário

Nota prévia do autor, ix

1 Desenvolvimento do poder local: da gênese até o fenômeno municipal, 1

- 1.1 O homem e o poder, 1
- 1.2 Primeiras reflexões filosóficas sobre as cidades, 2
- 1.3 A origem das cidades, 8
- 1.4 O surgimento dos municípios, 18
- 1.5 A natureza, elementos e conceito de município, 26

2 O município brasileiro: origem e evolução, 28

- 2.1 O município no Brasil-Colônia, 28
- 2.2 As Constituições brasileiras e a autonomia municipal, 32

3 As competências e a autonomia municipal na federação brasileira, 42

- 3.1 A Federação e o município brasileiro, 42
 - 3.1.1 Federalismo e Federação, 42
 - 3.1.2 Arranjos federativos, 46
 - 3.1.3 A Federação brasileira e o município como ente federado, 48
- 3.2 Competências constitucionais, 50
- 3.3 A autonomia municipal, 54
- 3.4 A intervenção dos estados nos municípios, 55
- 3.5 A criação de municípios no Brasil, 63
- 3.6 Criação de distritos municipais e outras divisões administrativas e territoriais, 66
- 3.7 As regiões metropolitanas e arranjos similares, 67
- 3.8 Símbolos municipais, 70

4 A autonomia municipal nos estados federais, 71

- 4.1 Alemanha, 72
- 4.2 Argentina, 74
- 4.3 Austrália, 76
- 4.4 Áustria, 77
- 4.5 Brasil, 78
- 4.6 Canadá, 80
- 4.7 Estados Unidos, 81
- 4.8 Índia, 82
- 4.9 México, 84
- 4.10 Rússia, 85
- 4.11 União Europeia, 86

5 O poder executivo municipal, 88

- 5.1 Poderes municipais, 88
- 5.2 Princípios, atividades administrativas e deveres-poderes, 90
- 5.3 Estatuto do prefeito municipal, 99
 - 5.3.1 Investidura, (in)elegibilidade, posse e renúncia, 100
 - 5.3.2 Atribuições, 102
 - 5.3.3 Subsídios, férias e gratificação natalina, 108
 - 5.3.4 Licenças e afastamento, 109
 - 5.3.5 Outras prerrogativas, 111
 - 5.3.6 Incompatibilidades, 112
 - 5.3.7 Responsabilidade, 115
 - 5.3.7.1 Responsabilidade político-administrativa, 117
 - 5.3.7.2 Responsabilidade penal, 126
 - 5.3.7.3 Responsabilidade civil e administrativa, 139
- 5.4 Vice-prefeito, 140

6 O legislativo municipal, 142

- 6.1 As funções das Câmaras de Vereadores, 142
 - 6.1.1 Função administrativa, 143
 - 6.1.2 Função legislativa, 145
 - 6.1.3 Função fiscalizadora e controle externo, 145
 - 6.1.4 Função de julgamento, 148
 - 6.1.5 Função de assessoramento, 148
- 6.2 O processo e a técnica legislativa municipal, 149
 - 6.2.1 A lei, o Estado Democrático de Direito e os direitos fundamentais, 149
 - 6.2.2 Princípios informadores, 150
 - 6.2.3 As espécies legislativas, 155
 - 6.2.4 Processo legislativo ordinário, 158

- 6.2.4.1 Iniciativa, 159
 - 6.2.4.2 Discussão, 163
 - 6.2.4.3 Votação, 163
 - 6.2.4.4 Sanção e veto, 165
 - 6.2.4.5 Promulgação e publicação, 166
 - 6.2.4.6 Prazos, controles e o abuso do poder de legislar, 166
 - 6.2.4.7 Urgência, 168
 - 6.2.5 Processo legislativo especial, 168
 - 6.2.5.1 Leis Orçamentárias, 169
 - 6.2.5.2 Lei Orgânica, 170
 - 6.2.5.3 Regimento Interno, 170
 - 6.2.6 Emendas, 170
 - 6.2.7 Técnica legislativa municipal, 172
 - 6.3 O regime jurídico do vereador, 174
 - 6.3.1 Prerrogativas, 174
 - 6.3.2 Incompatibilidades, extinção e cassação de mandato, 179
 - 6.3.3 Suplência e filiação partidária, 183
 - 6.4 Os limites de gastos das Câmaras Municipais e o repasse de recursos pelo Executivo, 184
 - 6.5 O Regimento Interno e o princípio democrático, 186
 - 6.5.1 As sessões legislativas e as sessões da Câmara, 187
 - 6.5.2 As comissões legislativas, 189
 - 6.5.2.1 As comissões permanentes, 189
 - 6.5.2.2 As comissões temporárias, 190
 - 6.5.3 A Mesa Diretora, 193
- 7 O sistema financeiro e a tributação municipal, 195**
- 7.1 O sistema orçamentário municipal, 196
 - 7.1.1 Plano Plurianual, 197
 - 7.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias, 201
 - 7.1.3 Lei Orçamentária Anual, 202
 - 7.1.3.1 A despesa pública, 203
 - 7.2 Receitas municipais, 205
 - 7.2.1 As transferências constitucionais e voluntárias, 207
 - 7.2.2 Os tributos municipais, 208
 - 7.2.2.1 Os impostos, 210
 - 7.2.2.1.1 IPTU, 211
 - 7.2.2.1.2 ISS, 212
 - 7.2.2.1.3 ITBI, 214
 - 7.2.2.2 As taxas, 215

7.2.2.3 As contribuições, 216

7.2.2.3.1 Contribuição de melhoria, 216

7.2.2.3.2 Contribuição para o custeio da iluminação pública, 217

8 A administração indireta e as parcerias com a sociedade civil e os agentes econômicos, 219

8.1 Autarquias, 220

8.2 Fundações, 221

8.3 Consórcios públicos, 222

8.4 Empresas públicas e sociedades de economia mista, 224

8.5 Parcerias com a sociedade civil, 225

8.5.1 Convênios, 225

8.5.2 OSCIP, 227

8.5.3 OS, 228

8.6 Os serviços municipais e as concessões e permissões, 229

8.7 Parcerias público-privadas, 233

9 A responsabilidade do município e a intervenção na propriedade privada, 235

9.1 A Responsabilidade do Estado brasileiro, 235

9.1.1 Elementos e excludentes, 237

9.1.2 Responsabilidade por atos lícitos e por omissão, 237

9.1.3 Direito de regresso e denúncia à lide, 238

9.2 Intervenção na propriedade privada, 238

9.2.1 Desapropriação, 239

9.2.2 Tombamento, 241

10 Direito urbanístico e estatuto da cidade, 243

10.1 O direito urbanístico e a Federação brasileira, 243

10.1.1 O planejamento urbanístico no Brasil, 244

10.1.2 O município e o direito urbanístico, 245

10.2 O Estatuto da Cidade, 246

10.2.1 Diretrizes informadoras do Estatuto da Cidade, 246

10.2.2 Plano Diretor e índices urbanísticos, 249

10.2.3 Instrumentos de indução do desenvolvimento urbano, 252

10.2.4 Instrumentos de regularização fundiária, 254

10.2.5 Instrumentos de democratização da gestão urbana, 255

11 O controle externo e o Tribunal de Contas, 257

Bibliografia, 261